



Quinta-feira, 21 de outubro de 2004

O microcrédito contra a pobreza

Fonte: [Instituto Pólis](#)

*Silvio Caccia Bava**

O microcrédito é uma das iniciativas mais importantes de combate à pobreza, mas ele não é nem valorizado, nem fortalecido, no Brasil. Na verdade, ele enfrenta uma evidente oposição por parte do sistema financeiro privado.

Até hoje o microcrédito não só opera num contexto de ilegalidade, sendo seus agentes apenas tolerados pelo poder público, como esses agentes assumem, na sua maioria, uma ótica empresarial que privilegia a garantia do financiamento, razão pela qual esta iniciativa inovadora vem sendo esterilizada enquanto instrumento de inclusão social.

Na concepção de Muhammed Yunus, o economista bengali que deu início ao microcrédito, a pobreza é criada como resultado da rejeição. Rejeição pelas instituições, rejeição pelas políticas, rejeições pelos conceitos. Segundo ele, a pobreza não está dentro do ser humano, as pessoas não nascem com ela. A pobreza é uma coisa que se constrói com o tempo, por idéias, por conceitos, que passam para as pessoas. Por esta razão, o foco do combate à pobreza deverá ser melhorar o que cada pessoa já tem dentro de si.

“Devemos sempre dizer que toda pessoa tem condições de se desenvolver, pode e deve, e está dentro dela esta capacidade”.

O microcrédito simplesmente está oferecendo uma oportunidade para criar uma forma de renda auto-sustentável. Porque o pobre não tem quase nenhuma, ou nenhuma, chance de sair desta condição, a não ser empregando a si mesmo. Esta seria a máxima do aspecto econômico.

Para Yunus, a erradicação da pobreza não vem do aumento da riqueza que se distribui para os pobres. Ela vem da ação direta sobre os pobres, mobilizando a sua energia para que eles possam produzir o que necessitam para sair da pobreza, seja através da produção, seja através da mudança das políticas públicas.

Com essa filosofia, o Grameen Bank cresceu, tornou-se uma referência mundial, tem cerca de 2,4 milhões de tomadores, forneceu microcrédito para cerca de 75% das famílias pobres de Bangladesh. 95% dos tomadores são mulheres. Sua taxa de inadimplência está em torno de 5%. Hoje possui 22 empresas e um patrimônio avaliado em mais de US\$ 1 bilhão.

Diversamente dos casos brasileiros, o Grameen Bank define microcrédito como um empréstimo sem avalista, dado às pessoas pobres, preferencialmente às mulheres pobres, sem condições prévias impostas, se têm ou não experiência anterior ao negócio. O crédito é dado em confiança de maneira a criar-se o auto-emprego.

Yunus declara: “O que vimos através de nossa experiência é que o dinheiro é uma questão política. Política é poder e dinheiro é uma questão social, tudo está junto. Se você tem o controle do dinheiro, você tem o controle da vida das pessoas. O



microcrédito, nas últimas décadas, tem liberado este processo, democratizando o crédito, de forma que as pessoas pobres tenham acesso a linhas de crédito. Crédito para investimento, a taxas menores que as cobradas pelas instituições financeiras, de modo que elas possam tomar conta de suas próprias vidas e possam sonhar com uma vida com mais dignidade”.

“A minha idéia, meu conceito, é que toda figura humana é um empreendedor em potencial. Precisamos então construir e criar instituições para ajudar os empreendedores, porque são eles que fazem as coisas acontecerem. Como todas as pessoas podem ser empreendedoras, precisam então de instituições financeiras diferentes das tradicionais. Desta forma, cremos que o crédito deve ser aceito como um dos itens dos direitos humanos, porque tudo o que precisa ser feito necessita de dinheiro. E aí está o sentido da criação das organizações de microcrédito. Isso porque não existem instituições que apóiem a obtenção do dinheiro. As pessoas pobres não podem pedir dinheiro emprestado nas instituições tradicionais, mas apenas de agiotas. Isto ocorre desde os primórdios da humanidade”.

Criar estas novas instituições de microcrédito depende de uma mudança na legislação brasileira, depende da alocação de recursos para este fim, depende, enfim, de vontade política. Mas de nada adianta reproduzir o sistema financeiro tradicional. O microcrédito tem de ir buscar o pobre, oferecer recursos sem garantias, não esperar que ele venha até a instituição financeira, porque ele não vem.

** **Silvio Caccia Bava** é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e membro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Texto publicado no jornal Diário de São Paulo de 19 de outubro de 2004. Título original: "Microcrédito".*

Sexta-feira, 01 de outubro de 2004
Valor Econômico

Associações querem mudanças no microcrédito

As entidades que operam microcrédito pediram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva mudança no sistema de financiamento nos bancos oficiais. Eles querem que os recursos do FAT destinados ao microcrédito, hoje operados pelo BNDES, sejam transferidos para a Caixa Econômica Federal e para o Banco do Brasil.

"Infelizmente a administração Carlos Lessa (presidente do BNDES) assumiu uma postura equivocada em relação ao microcrédito e acabou inviabilizando a entrada de recursos", reclamou José Caetano Lavorato Alves, presidente da Associação Brasileira de Gestores e Operadores de Microcrédito (Abcred). Ele se referia ao Programa de Microcrédito do BNDES, voltado aos microempreendedores. "O governo já compreendeu essa situação, vai criar alternativas para que o recurso do FAT seja oferecido via Caixa ou Banco do Brasil, para que o país volte a ter recursos de longo prazo para as instituições de microcrédito", relatou Alves.



FÓRUM
microfinanças
RIO DE JANEIRO

Clipping
Outubro 2004